



ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA – JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RGF – ANEXO I (LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “A”)

R\$ 1,00

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)</b>	
	<b>LIQUIDADAS</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>
	<b>(a)</b>	<b>(b)</b>
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>744.721.305</b>	
Pessoal Ativo	619.946.590	
Pessoal Inativo	124.774.715	
Outras Desp. de Pessoal dec. de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>123.425.755</b>	<b>1.701.609</b>
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	
Decorrentes de Decisão Judicial	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	25.820.478	1.701.609
Inativos com Recursos Vinculados	97.605.277	
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>621.295.550</b>	<b>1.701.609</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>619.593.941</b>	

<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	12.130.620.626
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III/IV) * 100	5,11%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) – <%>	727.837.238
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	691.445.376

FONTE: Receita: SEFAZ Despesa: SIOF / SIC / S2GPR / SEFAZ (DADOS DEFINITIVOS – Republicação da RCL, conforme Ofício 78/2013, de 12/04/2013-SEFAZ)  
- De acordo com a Portaria-STN Nº 462, de 05 de agosto de 2009.

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota 2: Excluído o Abono de Permanência previsto na EC Nº 41/2003 (CF/88) conforme Resolução Nº 2.582/2009 de 01/12/2009 do TCE/CE;

Excluída a despesa com “Pensionistas” conforme Resolução Nº 2230/2010 do TCE/CE

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Fortaleza, 22 de abril de 2013.

**Francisco José Sousa da Fonseca**  
Diretor do Departamento Financeiro

**Alexandre Sobreira Cialdini**  
Secretário de Finanças

**Antonia Tatiana Ribeiro Araújo**  
Auditora Chefe de Controle Interno

**Desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido**  
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ



ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA – JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

LRF, art. 48 – Anexo VII

R\$ 1,00

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Despesa Total com Pessoal – DTP	619.593.941	5,11%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	727.837.238	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	691.445.376	5,70%
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) *</b>
Valor Total	1.738.178,59	0,00

FONTE: SIOF / SEFAZ

Nota \*: As despesas inscritas em restos a pagar pelo Tribunal de Justiça do Ceará serão pagas com as disponibilidades de caixa do tesouro do Estado, a exemplo dos demais órgãos da Administração Direta do Estado.

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Fortaleza, 22 de abril de 2013.

**Francisco José Sousa da Fonseca**  
Diretor do Departamento Financeiro

**Alexandre Sobreira Cialdini**  
Secretário de Finanças

**Antonia Tatiana Ribeiro Araújo**  
Auditora Chefe de Controle Interno

**Desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido**  
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ



ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Janeiro a Dezembro de 2012

RGF – Anexo VI (LIRF, art. 55, inciso III, alínea “b”)

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e não Pagos (Processados)		Empenhados e não Liquidados (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
FORTE 00 – TESOUREIRO	554.226,30	6.701.714,43	152.666,22	1.738.178,59		
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>554.226,30</b>	<b>6.701.714,43</b>	<b>152.666,22</b>	<b>1.738.178,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>554.226,30</b>	<b>6.701.714,43</b>	<b>152.666,22</b>	<b>1.738.178,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: S2GPR

NOTA: : As despesas inscritas em restos a pagar pelo Tribunal de Justiça do Ceará serão pagas com as disponibilidades de caixa do tesouro do Estado, a exemplo dos demais órgãos da Administração Direta do Estado.



ESTADO DO CEARÁ – PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RGF – Anexo V (LRF, art. 55, inciso III, alínea “a”)

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA c = (a - b)
-	-	-	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	-	-	-
BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CONTA GESTÃO Nº 700400-7	0,00	0,00	0,00
BANCO DO BRASIL CONTA GESTÃO Nº 1700400-4	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Extratos Bancários

**Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Fortaleza, 25 de Janeiro de 2013.**

**Midiã Elda Marques Paixão**

Diretora do Departamento Financeiro, em exercício

**Newton Rodrigues Sousa**

Secretário de Finanças

**Desembargador José Arísio Lopes da Costa**  
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ